

Na contramão do amanhã: o cenário neoconservador e os rumos do Serviço Social brasileiro

Against the tide of tomorrow: the neoconservative scenario and the
directions of brazilian Social Work

Valeria Lucilia Forti*  

Juliana Menezes Mendes Maurício**  

Lidiane de Souza Barros***  

Maria Eduarda da Costa dos Santos****  

Resumo: Este texto oferece reflexões sobre a incidência dos contornos contemporâneos – marcados pelo aprofundamento do neoconservadorismo, do reacionarismo e do neofascismo – sobre a profissão de Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político. Aprecia, para tanto, como os sujeitos profissionais têm tratado, do ponto de vista da produção acadêmica pós-graduada, da ascendência das tendências conservadoras e neofascistas. Trata-se de um ensaio¹ teórico ancorado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão, análise bibliográficas e achados iniciais de projeto de pesquisa.caracteres); resumo português.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Serviço Social e Projeto Ético-Político.

Abstract: This article offers reflections on the frank impact of contemporary trends - marked by the deepening of neo-conservatism, reactionaryism and neo-fascism – on the Social Work profession and its Ethical-Political Project. To this end, it looks at how professional subjects have dealt with the rise of conservative and neo-fascist tendencies from the point of view of academic production. This is a theoretical essay anchored in the critical approach of the Marxist tradition, based on a bibliographical review and analysis.

Keywords: Neoconservatism, Social Work and the Ethical-Political Project

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: vforti17@gmail.com

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: juliana_mmendez@hotmail.com

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lidianesouza321@gmail.com

**** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mariafssuerj@gmail.com

¹ A menção à realização de um ensaio significa que, diferentemente de outros gêneros textuais, aqui, nossa exposição supõe síntese e, conseqüentemente, menor aprofundamento da fundamentação teórica (o que não significa uma fundamentação rasa, mas sucinta e relevante). Isso, inclusive, decorre de nosso estudo não se encontrar em fase conclusiva que viabilize a divulgação de fundamentos assentados em resultados mais potentes.

Introdução

As linhas que se seguem, tendo em conta as possibilidades e limites dos achados da nossa investigação em curso, assim como do presente texto, tencionam refletir sobre a incidência dos contornos contemporâneos sobre a profissão de Serviço Social e como os sujeitos profissionais têm tratado, do ponto de vista da produção acadêmica, da ascendência conservadora e neofascista, haja vista a implicação disso em face dos preceitos do atual projeto profissional crítico – o Projeto Ético-Político do Serviço Social.² Cabe situar as ponderações apresentadas e os dados socializados no bojo das produções do subprojeto de pesquisa em curso, a saber, “Neofascismo, realidade brasileira e Serviço Social: um estudo sobre as possíveis repercussões na formação e no trabalho do/a assistente social”, vinculado ao projeto matriz de pesquisa “Ética, trabalho, direitos e Serviço Social: um estudo no sistema penal”.

Conseqüentemente, este texto visa problematizar o contexto de adensamento do conservadorismo e de emergência do neofascismo no Brasil entre os anos de 2016 e 2025, e os impactos dessa conjuntura profundamente gravosa na profissão e no projeto profissional crítico, culminando com a constituição do que denominaremos de tendência contrarreformista em face do denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social – um tema fulcral aos³ que se dirigem à discussão dos fundamentos que orientam a formação e o trabalho dos profissionais da área.

A esse respeito e inicialmente, em face do contexto abordado, consideramos caber ser apreciado que:

No pensamento de Marcuse (1978; 1981), o extremo conservadorismo expresso no fascismo é intrínseco a determinada condição do capitalismo. É, por assim dizer, uma expressão “hiper” que pode emergir das inerentes contradições capitalistas. Portanto, uma expressão que pode se manifestar no nosso solo histórico de origem e trajetória profissional.

Esse pensamento nos mostra que a manifestação liberal na ordem burguesa só é observável se tal ordem não é ameaçada; mas tendo em vista o contrário, ou seja, sob ameaça, a face fascista pode emergir, exigindo a unilateralidade do pensamento e evidenciando rigidez em suas práticas, haja vista a proeminência do combate ao “diferente” em suas múltiplas dimensões, visando à manutenção da ordem instituída. Dessa maneira, tendo em conta que nem todo movimento reacionário é fascista, assim como não é fascista toda forma de repressão exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou de casta (Konder, 1979, p. 4), e sem nos restringirmos a um conceito de fascismo que particularize o fascismo original, além de cientes da distinção entre movimento fascista e Estado fascista, os argumentos expostos

² Fazemos coro à posição que compreende que o conceito de fascismo – e de neofascismo – não pode ser reduzido à ditadura fascista ou ao simples autoritarismo, do mesmo modo que nem todo movimento reacionário e/ou autoritário é, automaticamente, fascista. Além disso, compreendemos que a evidência de traços fascistas em dada sociedade não supõe, necessariamente, a existência de um Estado fascista.

³ Ao longo de todo o texto, a referência concerne ao gênero humano. Para evitar uma leitura cansativa ao/à leitor/a, não utilizamos a alternância simultânea de gênero. Nossa referência é ao gênero humano, sempre, respeitando e valorizando toda a diversidade que este comporta.

inicialmente remetem-nos aos de Boito (2020), uma vez nos esclarecem que o movimento neofascista brasileiro – comumente denominado bolsonarismo – emerge da crise da nossa democracia burguesa (Forti *et al.*, 2024, p. 29).

Neoconservadorismo e neofascismo na periferia do sistema capitalista-mundo: reflexões sobre a incidência na realidade brasileira

A análise da conjuntura sociopolítica não se constitui num elemento de menor relevância para uma categoria profissional, porquanto essa categoria não é refratária à realidade social e, geralmente, os contornos dessa realidade desafiam os valores construídos e a direção profissional assumida. Para a categoria dos assistentes sociais, não é diferente; ao contrário, os aspectos conjunturais tornam-se elementos de suma importância, especialmente considerando o giro crítico experienciado nas últimas décadas e os princípios que passaram a nortear os profissionais desde então – princípios que necessitam ser defendidos e preservados.

Nessa perspectiva, cumpre refletirmos sobre as tendências em curso no cenário sociopolítico, com vistas a ponderarmos acerca das possíveis incidências sobre o Serviço Social e o seu projeto profissional crítico – o Projeto Ético-Político – e, conseqüentemente, somarmos esforços a essa contribuição profissional contra-hegemônica, tendo em vista as forças sociais presentes, particularmente na sociedade brasileira.

À vista disso, cabe recuperarmos um pressuposto dessa discussão, que é o fato de que, desde a década de 1990, uma crescente onda neoconservadora paira sobre a política brasileira. Podemos considerar que alguns elementos confluíram na direção da escalada neoconservadora no Brasil, entre os quais destacamos as crises político-econômicas, a emergência e a consolidação do neoliberalismo, bem como a disseminação do pensamento pós-moderno.

No que se refere aos elementos referidos, há certo consenso que desde os anos 1970, a economia mundial tem experimentado uma onda longa recessiva, nos termos mandelianos (Mandel, 1982). Em face do cenário de crise estrutural, o capital foi compelido a buscar novas estratégias para a retomada dos níveis de acumulação, visando atingir o controle social da instabilidade. É nesse cenário que emergiram internacionalmente as respostas neoliberais à crise,⁴ marcadas principalmente por flexibilização do trabalho, liberalização financeira,

⁴ O neoliberalismo possui raízes históricas que antecedem a crise de 1970, com forte influência de Friedrich Hayek e de sua obra *O caminho da servidão* (1944). Apesar de, no imediato pós-guerra, suas ideias terem sido ofuscadas pelo predomínio das políticas keynesianas, Hayek exerceu grande impacto na formação da Escola Austríaca, inspirando gerações subsequentes. A partir da década de 1960, o neoliberalismo passou a se consolidar no meio acadêmico, sobretudo por meio das contribuições de Milton Friedman, que progressivamente estendeu sua influência ao campo político. Esse processo se materializou, por exemplo, nas administrações de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) e Helmut Kohl (1982) na Alemanha. Na América Latina, a difusão do neoliberalismo ocorreu de forma mais tardia; o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973), tornou-se o primeiro laboratório dessas políticas após o golpe que depôs Salvador Allende.

desregulamentação econômica e trabalhista, austeridade fiscal, privatização de serviços públicos e redução da intervenção do Estado – ao menos na esfera social –, operando o desmantelamento da proteção social.

Na periferia da economia mundial, mais especificamente no Brasil, a crise econômica supracitada se expressou sobretudo na década de 1990. É a partir dos anos 1990 que se tece uma conjuntura que, entre outros traços, se delinea pela assunção e propagação do neoliberalismo e do pensamento pós-moderno. Diante disso, passam a ser estimulados de maneira mais intensiva, em consonância com o constructo neoliberal, valores como o individualismo e a competitividade, associados a práticas político-econômicas que visam à retração do Estado na esfera social.

Ademais, em conformidade com o pensamento pós-moderno, verifica-se o adensamento do ceticismo em relação às metanarrativas, com uma aposta no relativismo discursivo e na fragmentação, como base de um suposto respeito à pluralidade, e com importantes impactos na associação coletiva e na luta de classes.⁵

Todo esse cenário já tão aflitivo torna-se aprofundado por uma nova etapa da crise mundial iniciada em 2008, que evidencia sinais de esgotamento e estagnação das estratégias que possibilitaram, ainda que de forma modesta, o aumento das taxas de lucros e a expansão da economia capitalista no pós-crise de 1970. Nessas paragens, os efeitos da notável crise econômica de 2008 reverberam sobretudo nos anos 2013, desaguando numa grave crise política que culminou, no ano de 2016, com o golpe jurídico-midiático desferido contra a presidenta Dilma Rousseff. O citado golpe intensificou a crise e a ofensiva neoliberal no país, criando as condições objetivas e subjetivas para o avanço do campo abertamente conservador, reacionário e neofascista.

Cabe apontar que embora se observe o robustecimento do pensamento e do discurso conservador e reacionário no Brasil nos últimos anos, como abordado, compreende-se que suas raízes estão fincadas na própria formação social brasileira. Isso porque é inegável que, desde o período colonial, a sociedade brasileira foi estruturada sobre bases autoritárias, escravocratas, patrimonialistas e hierarquizadas, moldando um padrão de sociabilidade marcado pela

⁵ Sob a influência do pensamento pós-moderno, rechaçam-se as retóricas dos movimentos sociais dos anos 1960, uma vez que as singularidades são ocultadas sob discursos e narrativas coletivistas. Nesse campo em desenvolvimento, as metanarrativas já não são mais bem-vindas e constrói-se o enfrentamento às verdades ditas absolutas, às padronizações, ao progresso linear e ao planejamento racional. A pós-modernidade defende, em contraposição, a heterogeneidade, a fragmentação, a indeterminação e a suspeição das narrativas tidas como totalizantes (Mauricio, 2019).

naturalização das desigualdades e pela reação a projetos progressistas e de transformação social.

Nesse sentido, o neoconservadorismo e o reacionarismo contemporâneo brasileiros ecoam o apego à ordem, a aversão a alterações sociais substanciais e a defesa de hierarquias sociais, intimamente ligados a essa trajetória e seus desdobramentos históricos. Assim, a realidade contemporânea, eivada de discursos e práticas neoconservadores e reacionários, longe de constituir um marco inaugural, representa a atualização e a reconfiguração dessas tendências estruturais diante das crises sociais, econômicas e políticas do presente.

Em conformidade com o que apontam Menezes, Conceição e Bravin (2025), muito embora os referidos traços sejam, lamentavelmente, constitutivos do capitalismo periférico e dependente brasileiro, não restam dúvidas que, nos últimos anos, notadamente a partir de 2013,⁶ o Brasil ingressou em um novo contexto social, político e econômico que, em virtude da gravidade de seus efeitos, requer, obviamente, nossa atenção.

Iniciado em 2013 e sacramentado em 2016, o novo ciclo político e econômico marca, entre outros aspectos, o esgotamento do período identificado como “pacto de conciliação de classes”, estabelecido nos anos 2000, inicialmente sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse novo cenário se desdobrou em contrarreformas profundamente prejudiciais à classe trabalhadora, com importante supressão de direitos.

De modo taquigráfico podemos considerar que a recessão econômica vivenciada no país, especialmente a partir de 2014, correspondeu à diminuição do lucro em níveis mundial e nacional, nos termos da lei tendencial da queda da taxa de lucro analisada por Marx (2013), ainda no século XIX (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

Ademais, cumpre salientar a relação de reciprocidade entre a infraestrutura e a superestrutura num determinado modo de produção. Tal premissa permite compreender que as crises superestruturais ou crises políticas estão conectadas às crises econômicas; a partir disso, é possível extrair elementos para se depreender a conjuntura de crise política no país que aqui mencionamos (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

À luz do viés anteriormente exposto, em um cenário de recessão econômica, a burguesia passou a mobilizar esforços sistemáticos com vistas à recomposição de seus patamares de lucratividade, impondo progressivamente gravosas medidas contra a classe trabalhadora. Esse

⁶ “Diferentes pesquisadores têm demarcado que o ano de 2013 inaugura um novo ciclo no país, com distintos protestos populares, posteriormente capitaneados pela direita nacional. Emergem, na sequência às jornadas de 2013, dentre outros, a operação Lava Jato, deflagrada pelo Ministério Público Federal; o golpe político-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff; e a eleição de Jair Bolsonaro, expressando a ascensão da extrema direita no país” (Menezes; Conceição; Bravin, 2025, p. 146).

contexto econômico aprofunda a instabilidade política, oferecendo, como já aludido, as determinações político-econômicas para a apreensão do golpe jurídico, parlamentar e midiático ocorrido em 2016, fornecendo, por conseguinte, as condições favoráveis para o aprofundamento das medidas de austeridade almejadas pelas classes dominantes (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

Não obstante os avanços em prol das necessidades da classe trabalhadora, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo o da presidenta Dilma Rousseff, não romperam com a condução neoliberal⁷ – avessa aos interesses da classe trabalhadora. Todavia, diante da exacerbção da crise, a condução política de natureza moderada, sustentada na conciliação de classes, mostrou-se insuficiente, e incompatível com os interesses da elite dominante.⁸

O aprofundamento neoliberal que se seguiu ao golpe jurídico-midiático pavimentou o terreno sobre o qual floresceram o neoconservadorismo e o neofascismo à brasileira. Quanto ao que afirmamos, cabe-nos recorrer ao pensamento de Ianni (1998), ao explicitar que, sob os véus do neoliberalismo, recriam-se as condições para a assunção do nazifascismo, haja vista que, para a manutenção de políticas austeras e restritivas em termos de direitos, o neofascismo, com todo autoritarismo e truculência que requer, apresenta-se como o *modus operandi* crucial.

É nesse quadro que analisamos o avanço a passos largos da extrema direita no país, com feição neofascista, notadamente com a constituição do bolsonarismo como fenômeno social (Boito Jr., 2020) manifesto, especialmente em 2018, a partir da associação entre o ultraliberalismo econômico, o conservadorismo moral e o apelo à violência. Esse fenômeno refletiu uma conjuntura política marcada pela polarização e pela mobilização de segmentos da sociedade que viam – e ainda veem – nas pautas ultraliberaes uma solução para as questões econômicas, ao tempo que defendem valores tradicionais, conservadores e reacionários nos campos social e moral.

Evidencia-se, por conseguinte, a radicalização do apelo à violência – inclusive nas relações interpessoais –, do punitivismo e do encarceramento em massa, como formas

⁷ “Alguns traços condizentes com o cariz neoliberal das gestões são a desregulamentação financeira, as contrarreformas estruturais – como a da previdência – e as políticas sociais compensatórias” (Menezes; Conceição; Bravin, 2025, p. 147).

⁸ Como expressão desse movimento, evidencia-se que não houve alteração no tocante à Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo criado originalmente em 1994, durante o governo Itamar Franco, e institucionalizado com essa nomenclatura em 2000, com a Emenda Constitucional nº 27. A DRU extraía 20% das receitas da seguridade social com o objetivo de assegurar o superávit primário e o pagamento da dívida pública. Atualmente, a DRU extrai 30% das mesmas receitas, em virtude do aumento de percentual promovido por uma emenda constitucional proposta no ano de 2015, durante o governo Dilma – Emenda Constitucional nº 93, promulgada em setembro de 2016. O referido aumento foi mantido pelo governo Temer (2016-2019) e de Bolsonaro (2019-2023) e segue sem contestação institucional, já ao final do terceiro governo Lula (Menezes; Conceição; Bravin, 2025).

apregoadas para o manejo das expressões da “questão social”. Isso vem sendo estimulado e incorporado de um modo geral até nas relações interpessoais, particularmente em detrimento de alternativas que considerem as políticas sociais como possibilidade pertinente, penalizando os trabalhadores pobres e, mais ainda, se pobres pretos.⁹

As políticas públicas estatais, desacreditadas socialmente, subfinanciadas e precarizadas, padeceram com o aprofundamento da mercantilização e do privilegiamento da esfera privada. O saldo disso envolveu – e envolve – um atendimento deficitário das poucas políticas universais existentes, uma crescente focalização das políticas seletivas e o verdadeiro enrijecimento das políticas contributivas, que se tornam cada vez mais restritas e excludentes. Constitui-se, por conseguinte, um cenário que aprofunda a lógica da responsabilização individual e familiar pelas manifestações das expressões da “questão social”, em que as políticas sociais reduziram sobremaneira seus potenciais protetivos.

Considerando os aspectos até aqui abordados, é fundamental esclarecermos que, embora o ex-presidente Jair Bolsonaro tenha sido derrotado nas eleições presidenciais de 2022 pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, é evidente que as forças político-econômicas e as tendências neofascistas não foram eliminadas do cenário nacional. Afirmamos isso com base em três argumentos principais: 1) o processo eleitoral de 2022 foi extremamente polarizado, expressando o enraizamento, na sociedade brasileira, de visões consoantes às de Jair Bolsonaro, culminando numa vitória estreita, baseada numa diferença de apenas 1,72 ponto percentual a favor do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fixando-se como a eleição mais acirrada desde 1989; 2) o partido que alcançou a maior bancada da Câmara de Deputados, em 2022, foi o Partido Liberal (PL), legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro (Lucena, 2024); 3) os atentados ocorridos em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023 – ou, como têm sido denominados, a “intentona bolsonarista” –, que consistiram em invasões e atos de vandalismo conduzidos pela extrema direita nacional contra o Palácio do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Palácio do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, alguns aspectos presentes no cenário político atual nos fazem considerar a manutenção de traços constitutivos do “neofascismo à brasileira”, como o desempenho e a posição política dos partidos nas eleições municipais de 2024. Esses resultados revelaram a

⁹ Quanto à violência nas metrópoles brasileiras, a pesquisa de Bueno *et al.* (2024), publicada em 7 de março de 2024 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), referente ao intervalo entre 2015 e 2023, mostra que 10,6 mil mulheres foram vítimas de feminicídio. Segundo dados noticiados pelo Universo *on line* (Uol), em referência ao Instituto Fogo Cruzado, a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou ao menos 601 crianças e adolescentes baleados nos últimos sete anos. Desse total, 286 foram atingidos em ações policiais – o que representa 47,5% (Perez; Neves, 2023).

preponderância de partidos de centro na maior parte do território nacional, o crescimento das siglas de direita e o declínio das lideranças de esquerda (Oliveira, 2024). Cabe destacar que, nessas eleições, o PL foi a legenda que mais conquistou prefeituras entre os 103 municípios com mais de 200 mil eleitores, vencendo em 16 cidades, incluindo quatro capitais: Maceió (AL), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT) e Aracaju (SE) (Catto, 2024).

Também temos testemunhado a ascensão de um novo aspirante a “mito”, Pablo Marçal,¹⁰ que personifica o radicalismo de direita e avança a passos largos entre a massa bolsonarista. Afora as movimentações político-eleitorais – mas a elas também conectadas –, dados sociais corroboram a argumentação aqui apresentada. Em 2024, houve um aumento de 24% nas denúncias de violações de direitos contra a população em situação de rua no Brasil, registradas por meio do canal Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Patenteia-se a alta não apenas de tentativas de remoção forçada, mas, também, da violência contra essa população em todo o país, nos marcos do reaquecimento de práticas higienistas institucionalizadas, com destaque para os estados de São Paulo e Santa Catarina, que lideram esse tipo de ocorrência (Serafini, 2025).

Entre os principais traços constitutivos do chamado “neofascismo à brasileira”, cabe ressaltar a utilização massiva da internet – especialmente das redes sociais – como instrumento de mobilização e manipulação política, marcada por uma proeminente difusão de *fake news* e teorias da conspiração. Soma-se a isso a adoção sistemática de posturas negacionistas e anticientíficas; o anticomunismo virulento; o fundamentalismo religioso de base dogmática; um pseudonacionalismo de cunho entreguista, bem como práticas e discursos marcadamente antidemocráticos, autoritários, antipopulares e truculentos. Trata-se de um repertório ideológico que opera por meio da polarização extrema, da desqualificação do debate racional e da construção de inimigos internos, visando deslegitimar instituições, direitos sociais e princípios democráticos.

É um panorama, por assim dizer, lúgubre, que pode afetar a profissão de Serviço Social a partir de alguns eixos, entre os quais relevamos a formação e a defesa do projeto profissional crítico,¹¹ haja vista a ampliação do quantitativo de profissionais graduados por instituições de ensino superior com fins lucrativos (IESs), em formato a distância, bem como o alargamento

¹⁰ Pablo Marçal, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), é empresário, *coach*, influenciador digital e foi candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2024. Nessa afirmação não desconsideramos que tenha sido condenado.

¹¹ Estamos convictos de que há outras incidências em andamento, também relevantes e preocupantes para o Serviço Social, tais como os impactos sobre a população usuária, cada vez mais empobrecida e com seus direitos violados; e os impactos sobre as condições e vínculos de trabalho dos assistentes sociais, cada vez mais, desprovidos de insumos básicos e contratados de formas, cada vez mais, precárias e aviltantes.

do conservadorismo e do reacionarismo nas relações sociais em geral, sobrelevando o anti-intelectualismo e o identitarismo – e suas expressões – nos domínios da profissão. Em linhas gerais, já que não é o fulcro deste texto, cabe ser mencionado que a nossa referência ao identitarismo não se relaciona à inerente construção/constituição da identidade dos sujeitos, mas sim à exacerbação da valorização de determinadas características identitárias, a ponto de indicá-las como suficientes à explicação, ou melhor, as determinantes – independentemente da condição de classe – das significativas desigualdades sociais e correspondentes opressões intrínsecas à realidade capitalista.

Esse processo manifesta-se, por exemplo, na movimentação e explanação pública ocorrida na última década de sujeitos profissionais¹² – graduados e em processo de graduação – que renegam o projeto profissional crítico, reivindicando uma falaciosa e consternadora neutralidade profissional, a impertinência dos debates que abordam as classes sociais ou, ainda, assumindo, em diversos momentos, uma defesa explícita de uma perspectiva liberal e de “direita” política, além de formas, por vezes travestidas, para torná-las mais palatáveis, mas que traduzem expressões da extrema direita política.

Em razão de uma conjuntura complexa e prejudicial, que contém riscos efetivos de avanço ainda mais preocupante do pensamento conservador no seio da profissão, avaliamos como urgente a reunião de esforços para o enfrentamento de tendências caracterizadas pela decrepitude e/ou insignificância teórico-prática, tendo em vista os ganhos inestimáveis do processo de ruptura com o conservadorismo profissional¹³ e a necessidade incontestada de uma recorrente reafirmação do projeto crítico do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, prosseguiremos com as reflexões em torno do espraiamento das tendências contrarreformistas no bojo do Serviço Social, compreendido como resultante de um processo social mais amplo, conforme já aludimos.

¹² Detectamos essa aglutinação explícita a partir dos anos 2014, com a criação do grupo virtual “assistentes sociais liberais”. Todavia, é a partir de 2016 que esses grupos se fortificam. Estamos nos referindo aqui a uma aglutinação mais significativa e explícita em torno de um perfil profissional antagônico ao que se fortaleceu na categoria profissional a partir, essencialmente, dos anos 1980, sem desconsiderar que a categoria não é *locus* homogêneo e que, certamente, posições contrárias à vertente crítica não foram, em momento algum, erradicadas.

¹³ Aqui não estamos nos subsumindo a falsas ilusões de que o conservadorismo profissional tenha sido superado, por completo, no âmbito do Serviço Social. Referimo-nos à direção assumida pela profissão, sobretudo a partir de suas entidades representativas, e pelo arsenal de conteúdo crítico produzido desde então. Evidente que há um espraiamento na categoria profissional da perspectiva crítica, contudo sem que se verifique uma certa homogeneidade.

Tendências contrarreformistas em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social: impactos da ofensiva neoconservadora e neofascista no Brasil

O que buscaremos explorar neste item diz respeito às tendências contemporâneas que têm incidido sobre a profissão de Serviço Social e sobre o que se tem denominado de Projeto Ético-Político (Crítico do Serviço Social Brasileiro). Consideramos que o percurso trilhado pela tendência hoje identificada como tônica contrarreformista em face do referido Projeto Ético-Político, tem início num certo conservadorismo que se pode qualificar de retraído ou travestido – decerto nunca erradicado na profissão. Desse modo, resgatamos alguns aspectos sócio-históricos atinentes à profissão de Serviço Social e seus projetos profissionais.

Ao analisarmos a trajetória e as determinações históricas do Serviço Social brasileiro, torna-se evidente um conjunto de transformações experienciadas pela profissão ao longo dos anos, como parte da dinâmica social em franco movimento. No bojo dessas transformações, há certo consenso de que o projeto profissional crítico, hoje reconhecido como Projeto Ético-Político, emergiu e se consolidou a partir das contradições, mobilizações e lutas, e dos consequentes desdobramentos daí advindos, sobretudo na transição entre meados de 1960 e 1980, sob a influência do veio mais crítico da reconceitualização profissional latino-americana. No Brasil, essas mobilizações tinham como pano de fundo a efervescência do contexto histórico e político à época: o cenário de enfrentamento à ditadura militar-civil-empresarial e, logo a seguir, de redemocratização.

Não obstante a relevância histórica do processo de “abertura política” após os longos anos de ditadura, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o cenário brasileiro logo foi atingido por novas transformações profundas, provocadas pela disseminação do projeto neoliberal em nossas latitudes, em conformidade com o já apontado anteriormente. Sob a batuta político-econômica neoliberal, diversos entraves à efetivação de direitos tardiamente conquistados foram erigidos. A profissão de Serviço Social, bem como seu projeto crítico tecido, passou a sofrer os influxos da conjuntura emergente e, conseqüentemente, a se posicionar no campo da resistência ante as ofensivas dirigidas aos trabalhadores e aos direitos recém-conquistados.

Ao mesmo tempo que o Serviço Social avançava em seu acúmulo crítico – acadêmico, político e interventivo – e buscava excisar as chagas do conservadorismo que caracterizaram a autoimagem profissional desde a sua longínqua institucionalização no país, a realidade político-econômica se alterava substantivamente, despontando progressivamente tendências regressivas no mundo do trabalho, no campo dos direitos e das políticas sociais. Tais tendências ocasionaram inúmeros tensionamentos, capazes de permitir a perpetuação de um

conservadorismo retráido que, embora velado, teve o potencial de nutrir concepções retrógradas no seio da profissão.

Nessa perspectiva, evidencia-se nesse cenário, essencialmente, o desenvolvimento de duas linhas de tensões: do ponto de vista da formação profissional e do trabalho profissional. No que se refere à primeira, Pereira e Souza (2019) nos advertem que, da década de 1990 em diante, desenvolveu-se um contexto adverso, marcado por algumas medidas significativas que impactaram diretamente a formação em Serviço Social. Entre elas, destaca-se a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Plano Nacional da Educação (PNE 2001-2011), além de uma multiplicidade de decretos e portarias que contribuíram para o adensamento da mercantilização do ensino superior, propiciando a máxima flexibilização da formação e o seu efetivo empresariamento. Patenteia-se, desse modo, a expansão acelerada e desmedida das instituições de ensino superior privadas mercantis, com a introdução dos primeiros cursos a distância, inicialmente, concentrados na formação de professores.¹⁴

No que tange à atuação profissional, apesar de todo o processo de renovação crítica pelo qual o Serviço Social passou, a ação profissional vem sendo submetida, com especial destaque a partir dos anos 1990, a distintos tensionamentos. Esses tensionamentos incluem, entre outros aspectos, a requisição de um perfil profissional polivalente, acrítico e imediatista, compatível com os objetivos institucionais, o que comumente se distancia do perfil profissional construído e almejado a partir do giro crítico experienciado pela profissão, legatário da aproximação com o espectro marxista. Intenciona-se, de diferentes maneiras, esvaziar o trabalho profissional de sentido crítico, reduzindo progressivamente as intervenções a tarefas administrativas, burocráticas e repetitivas.

O perfil requisitado, em grande parte afinado às necessidades mercadológicas, se expressa, por exemplo, nas diretrizes curriculares que, após importantes alterações nas diretrizes formuladas e defendidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) em 1996, e revisadas posteriormente em 1999, foram aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o credenciamento e o reconhecimento dos cursos de graduação em Serviço Social.

¹⁴ Na atualidade, no âmbito do Serviço Social, de acordo com o emblemático levantamento realizado pelo CFESS com base no cadastramento nacional de assistentes sociais entre 2016 e 2019, cerca de ¼ dos profissionais em atividade, em 2019, formaram-se na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, majoritariamente em instituições privadas. Além disso, a maioria (52,97%) de inscritos ativos nos Cress, em dezembro de 2019, concluiu a graduação em instituições privadas com fins lucrativos (Cfess, 2022).

Entre os diferentes aspectos alterados destacamos como os mais impertinentes aqueles relacionados ao esvaziamento das competências e habilidades técnico-operativas que articulavam a ação profissional à investigação, à formação, à gestão e ao planejamento de políticas e serviços sociais, o que restringiu, por conseguinte, a imagem do assistente social a um mero executor final das políticas sociais. Adiciona-se a isso a supressão da análise crítica, a partir da ótica da totalidade social e de todas as referências ao pensamento crítico afeto à vertente marxista.

É no bojo dessas transformações sócio-históricas e das progressivas contradições que se avoluma na categoria profissional, *pari passu* ao acúmulo teórico e ético-político crítico, o pensamento conservador, reacionário e contrarreformista, especialmente a partir da segunda década dos anos 2000, de forma cada vez menos tímida e encoberta – expressando, como já sinalizamos, as tendências regressivas em curso na sociedade. Não podemos deixar de salientar a infiltração do identitarismo, que captamos como uma distorção no campo da apreciação da construção das identidades. Isso tem sido recorrente como expressão do pensamento pós-moderno nos domínios do pensamento tido como progressista ou de esquerda¹⁵ – e não somente no interior da profissão –, atomizando o debate e ferindo de morte o pensamento crítico classista, cuja radicalidade crítica é um importante legado da tradição marxista.

No rol dos argumentos que constituem as bases do pensamento reacionário e contrarreformista em face do Projeto Ético-Político, localizamos a responsabilização do projeto crítico do Serviço Social pela suposta não efetividade das intervenções profissionais, pelo não reconhecimento profissional, bem como pelo volume de assistentes sociais não absorvidos pelo mercado de trabalho, desconsiderando profundamente a realidade econômica e política do país e, até, do mundo. Além disso, há a compreensão, equivocada, diga-se de passagem, de que o arcabouço normativo profissional – Lei de Regulamentação, Código de Ética e Diretrizes Curriculares da Abepss – estaria defasado.

É neste quadro objetivo e subjetivo que testemunhamos, como já mencionado, a ascensão das tendências contrarreformistas no âmbito do Serviço Social, cujo núcleo se constitui, como já visto, a partir do reavivamento e do aprofundamento do pensamento conservador remanescente na profissão – *mutatis mutandis* –, que se avizinha do reacionarismo e do neofascismo espreado socialmente.

¹⁵ Ao mencionar o avanço do identitarismo no campo progressista ou da esquerda, não estamos desconsiderando as múltiplas opressões existentes na sociedade, que assolam objetiva e subjetivamente os sujeitos. Propomos, entretanto, uma análise marxista das opressões, que as compreende em sua articulação com a totalidade social, em outros termos, com as relações de produção e reprodução da vida social, mediadas fundamentalmente pela luta de classes e pela sociabilidade capitalista que engendra e reproduz essas formas de dominação.

Insta sinalizarmos que neste cenário, muito embora haja linhas de continuidade no que se refere à feição conservadora historicamente constituída na profissão, há, indiscutivelmente, um conteúdo qualitativamente distinto, que se distancia do anticapitalismo inconsistente de outrora e se aproxima, cada vez mais, do pensamento reacionário e neofascista que, por sua vez, postula uma abordagem (ultra)neoliberal. Esse conteúdo, mediado pelas tecnologias informacionais, encontra terreno fértil na fluidez das redes sociais, permitindo, como já apontado, a partir de 2014, mas com maior significância a partir de 2016, a emergência de uma movimentação e aglutinação de sujeitos profissionais em grupos com evidente silhueta conservadora, autodenominados “Assistentes Sociais liberais”, “Serviço Social e Pluralismo”, “Assistente Social de Direita” e “Serviço Social Libertário”.¹⁶

Ainda que tenhamos plena compreensão de que a realidade é dinâmica e que se constitui a partir da permanente disputa de classes sociais e de seus projetos sociais, profissionais e suas representações, causa perplexidade observar, no campo do Serviço Social, a pública reivindicação de um projeto profissional supostamente neutro, apolítico e até, por vezes, a explícita defesa de uma vertente político-econômica liberal e de direita, profundamente avessa à direção social arduamente constituída e hoje perseguida pelos profissionais reconhecidamente mais dotados da nossa área.

Indubitavelmente, essa aglutinação pública e progressiva ecoa o processo de ascensão conservador experimentado nos últimos anos na sociedade brasileira, processo esse que parece ter atingido seu clímax com a emergência do bolsonarismo, no bojo do processo progressivo de fascistização das relações sociais. É neste cenário que ocorre, também, a propagação, por parte do grupo “Serviço Social Libertário”, de uma plataforma denominada “23 teses para reformar o Serviço Social”, elaboradas pelo professor Edson Marques Oliveira, graduado em Serviço Social e *coaching*,¹⁷ que apregoa o “resgate da identidade e de uma cultura

¹⁶ A página da rede social *Facebook* autointitulada “Serviço Social Libertário” congrega estudantes, professores/as e profissionais e é o grupo mais expressivo dessa tendência conservadora e reacionária. Criada em maio de 2016, conta, até julho de 2025, com 6.200 seguidores que, aparentemente, se identificam com a seguinte apresentação: “Serviço Social Libertário propõe difundir as ideias liberais, a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais”. A página difunde conteúdos de *think tanks* e plataformas de direita, como o Instituto Liberal de São Paulo (Ilisp) e o Instituto Von Mises Brasil (Silveira, 2022). Além disso, se posicionou em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro na disputa eleitoral de 2018, assim como reproduziu seus conteúdos negacionistas durante a pandemia da Covid-19. Nos últimos quase dois anos, a página não apresentou movimentação pública (Serviço Social Libertário, 2016).

¹⁷ Em consonância com sua autodeclaração na Plataforma Lattes, Edson Marques Oliveira é graduado em Serviço Social pela instituição privada Faculdade Paulista de Serviço Social e doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professor associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, do *campus* de Toledo-PR. Entre os temas que tem debatido, destacamos: empreendedorismo social, responsabilidade social empresarial, formação em Serviço Social EaD, *coaching* executivo – de vida, carreira e social (Oliveira, 2025).

profissionalizante” (Serviço Social Libertário, 2025). A referida plataforma sintetiza os anseios desse segmento e desfere críticas contundentes à direção social defendida pela categoria profissional, sob a acusação de doutrinação marxista.

Ao analisarmos as 23 teses, observamos uma leitura da realidade social balizada por correntes conservadoras, leitura esta que reivindica a centralidade no ser humano, abstraído de sua inserção social e compreendido como “cliente”, a partir da utilização de referências notáveis como Mary Richmond e a Bíblia. Essa perspectiva fragmentária e descontextualizada renega a perspectiva de totalidade social em favor de uma abordagem tecnicista e moralista, que enfatiza valores tradicionais e uma direção de raciocínio que propaga uma suposta ética profissional pautada pela religiosidade.

Ainda no processo de escrutínio das manifestações desse campo, há outra celeuma profundamente harmonizada com as tendências supracitadas, que é a defesa crescente do denominado “Serviço Social clínico”. Cabe mencionar que na contramão do direcionamento impresso pelas entidades representativas da categoria, foi constituída a Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), cuja página de veiculação de informações na rede social *Facebook* foi criada em outubro de 2020 (Serviço Social Clínico, 2025) e, ainda nesse ano, realizou o seu 1º encontro nacional – intitulado “Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico: do mundo para o Brasil/outros olhares para novos horizontes”.

A referida entidade, cuja presidência, no intervalo entre 2020 e 2024, esteve a cargo, também, do professor Edson Marques, defende uma “inovação disruptiva” voltada ao reconhecimento da atuação do Serviço Social a partir de abordagens clínicas e psicoterapêuticas.¹⁸ Nesse sentido, o grupo advoga pela completa revogação da notória Resolução do Cfess nº 569, de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao trabalho profissional de assistentes sociais (Cfess, 2010).

Como produto do 1º Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico (ENBRASSC), foi constituído o manifesto Carta de Toledo, que contém dez postulados pautados pela defesa da liberdade de expressão, do livre exercício profissional e da produção de conhecimento em Serviço Social. O documento requer, entre outros pontos, a citada revogação da Resolução do Cfess nº 569/2010; a constituição da Comissão Nacional de profissionais de notório conhecimento no âmbito do Serviço Social clínico; e a inclusão dessa área nos espaços institucionais da categoria, assim como nos conteúdos formativos de novos profissionais.

¹⁸ Além de intencional o espraiamento desse debate no Brasil, a entidade e sua vanguarda têm estabelecido interlocução e alianças internacionais. Com vistas à ilustração, citamos que o ENBRASSC contou com expositores de países como Argentina, Chile e Canadá (Silveira, 2022).

Em acordo com o que aponta Silveira (2022), compreendemos que o pluralismo previsto em normativas da categoria profissional baliza grande parte das polêmicas atinentes à adoção de correntes teóricas por assistentes sociais, bem como ao projeto profissional assumido/defendido. Se nos anos 1970, o pluralismo permitiu o questionamento do conservadorismo instalado na profissão, na atualidade, reivindicado, serve de argumento para a reatualização do conservadorismo. Nessa perspectiva, cabe recuperar alguns elementos acerca do vindicado pluralismo.

O referenciado pluralismo apresenta-se como um princípio nas Diretrizes Curriculares da Abepss para os cursos de Serviço Social. Logo, o exercício do pluralismo, nesse sentido, é compreendido “como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional” (Abepss, 1996, p. 7). Ademais, também como um princípio no Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente, verificamos a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (Cfess, 2012, p. 24).

Sob o viés reconhecido e adotado pela categoria profissional abordada, o pluralismo evocado não deve ser confundido com a ausência de parâmetros analíticos, logo, com a possibilidade da justaposição, indiscriminadamente, de ideias e correntes teóricas não complementares, com vistas ao direcionamento do trabalho e da formação profissional, sob o risco de transmutar-se em ecletismo (Forti, 2017).

Como bem demarca Coutinho (*apud* Forti, 2017, p. 378):

O pluralismo no terreno das ciências natural ou social [...] é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência [...]. É uma posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância para o progresso da ciência, para o enriquecimento da própria posição [...], com a certeza de que para cada questão só há uma resposta globalmente verdadeira.

Como sugerido pelo autor referido acima, sob este viés não é pertinente, também, a compreensão que se pauta pela existência de verdades, no plural, em oposição a uma única verdade, subsumindo, portanto, ao relativismo e à valorização do subjetivismo, em detrimento da apreensão efetiva da realidade, a partir de seu desvelamento. Afirmamos isso sem desconsiderar a plenitude e a dinamicidade inerente à realidade concreta, um insigne potencial de desvelamento das determinações constitutivas do real, permitindo, inclusive, a ascensão da aparência à essência.

É nesta linha que nos propusemos refletir e investigar as tendências atuais neoconservadoras, reacionárias e contrarreformistas na realidade, em geral, e na profissão, em particular,¹⁹ haja vista os nexos entre ambas. Em outras palavras, objetivamos investigar a conjuntura sócio-histórica contemporânea, seus impactos na profissão de Serviço Social e as respostas desses profissionais a este cenário “regressivo”, em termos de produção acadêmica.

Neste sentido, apresentaremos, a seguir, os achados, iniciais, de pesquisa advindos do mapeamento, do levantamento bibliográfico e da análise realizados no que se refere ao tema em estudo, a partir da produção pós-graduada da área de Serviço Social no Brasil. Metodologicamente, utilizou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Capes, 2025), cujos critérios de inclusão e refinamento utilizados foram: produções de mestrado e doutorado; grande área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e área de conhecimento Serviço Social; produções no intervalo entre os anos de 2016 e 2023.²⁰

A fim de identificarmos em que medida a profissão tem se debruçado, do ponto de vista da produção acadêmica na pós-graduação, acerca do fenômeno contemporâneo largamente referido neste texto, utilizamos os seguintes descritores: Bolsonaro; bolsonarismo; extrema direita; fascismo; neoconservadorismo; neofascismo.

¹⁹ Como apontamos inicialmente, as reflexões presentes neste ensaio se inscrevem nos marcos do subprojeto de pesquisa “Neofascismo, realidade brasileira e Serviço Social: um estudo sobre as possíveis repercussões na formação e no trabalho do/a assistente social”, vinculado ao projeto matriz de pesquisa “Ética, trabalho, direitos e Serviço Social: um estudo no sistema penal”.

²⁰ A opção pelo intervalo citado deve-se à compreensão amplamente tratada neste texto: de que temos, no país, um novo ciclo político e econômico iniciado em 2013, porém sacramentado em 2016 com o golpe político, jurídico e midiático contra a presidenta Dilma Rousseff. Além disso, podemos identificar, por meio das redes sociais, a partir de 2014, mas com maior significância a partir de 2016, a emergência da movimentação e da aglutinação de sujeitos profissionais em grupos com evidente silhueta neoconservadora e reacionária no Serviço Social. Os dados referentes aos anos de 2024 e 2025 ainda não estão disponíveis para consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, por esse motivo, não foram analisados.

Vejamos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Dissertações de mestrado da área de Serviço Social no Brasil (2016-2023).

MESTRADO								
CATEGORIAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total de dissertações gerais – Serviço Social	57	363	389	373	339	362	346	441
Neoconservadorismo	0	2	1	4	2	6	4	7
Extrema direita	0	0	1	8	0	5	10	7
Bolsonaro/Bolsonarismo	0	0	0	1	2	11	11	19
Fascismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Neofascismo	0	0	0	0	0	0	1	0
Total das categorias analisadas	0	2	2	13	4	22	26	33

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 2 – Teses de doutorado da área de Serviço Social no Brasil (2016-2023).

DOUTORADO								
CATEGORIAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total de teses gerais – Serviço Social	126	137	161	157	115	129	153	154
Neoconserva-dorismo	0	0	0	2	1	4	1	8
Extrema direita	1	0	0	4	0	6	3	4
Bolsonaro/Bolsonarismo	0	0	0	1	0	4	4	3
Fascismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Neofascismo	0	0	0	0	0	0	1	0
Total das categorias analisadas	1	0	0	7	1	14	9	15

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme é possível verificar, à medida que avançamos no pós-2016, as produções pós-graduadas relacionadas à temática, tanto de mestrado quanto de doutorado em Serviço Social, se ampliam. Entretanto, quando comparamos, em ambos os níveis, o total de produções com o total daquelas que apresentam os descritores analisados, percebemos um quantitativo pouco significativo, o que expressa um investimento ainda exíguo da categoria no enfrentamento do tema. Tanto no mestrado quanto no doutorado, o maior número de produções foi registrado em

2023. Todavia, ainda assim, atingiram percentuais inferiores a 10% do total das produções por nível, a saber: 7,48% e 9,74%, respectivamente.

Ademais, cumpre registrar que, em todo intervalo analisado, não foram identificadas dissertações e teses que tratassem do tema fascismo, e somente uma dissertação e uma tese abordaram o neofascismo, o que evidencia uma menção diminuta da profissão às citadas categorias. Encaramos os dados apresentados com apreensão, haja vista estarmos convictos da imprescindibilidade de que a categoria profissional conjugue esforços teóricos e ético-políticos no combate a esse fenômeno cuja repercussão avaliamos nefasta à produção qualificada intelectualmente e ao seu indispensável avanço acadêmico.

À guisa de considerações finais

Conforme aludimos, as profissões, em geral, e o Serviço Social, particularmente, não são refratárias às tendências em curso, que, inegavelmente, se movem na direção do recrudescimento neoliberal, neoconservador e neofascista. É sob esse ângulo que analisamos o aprofundamento do pensamento neoconservador e da tônica contrarreformista no cenário profissional, com a importante e consternadora adesão progressiva de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social.

Evidentemente, adjacentes a essa tendência estão as insuperáveis²¹ crises político-econômicas e seus efeitos danosos para a classe trabalhadora; o arrefecimento das lutas sociais; e, notadamente, a precarização da formação profissional num contexto em que, como apontamos anteriormente, em 2019, o ensino privado com fins lucrativos já havia superado o ensino público na conclusão da graduação em Serviço Social, sem contar na franca expansão do ensino a distância e semipresencial na área (Cfess, 2022).

É inegável que nessa modalidade de ensino se situa o cenário mais desolador no que concerne à formação e, em decorrência, à ação profissional, visto que se observa a desconsideração sistemática do tripé ensino, pesquisa e extensão; a fragilidade na abordagem das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a debilidade na garantia e no acompanhamento das experiências de estágio obrigatório; bem como a inclusão de conteúdos afinados ao pensamento liberal, como empreendedorismo social, responsabilidade social e empoderamento. Todavia, tampouco podemos desconsiderar a evidente desqualificação que vêm enfrentando os sujeitos do ensino público, especialmente em

²¹ Referimo-nos à propensão estrutural e ineliminável do capitalismo às crises econômicas.

áreas que supõem a captação crítica da realidade social para a ação dos seus profissionais, como é exemplo o Serviço Social.

Quanto a isso, cabe uma reflexão aprofundada, em termos da precarização da formação profissional, haja vista os distintos e diversos desafios e óbices enfrentados pelas unidades de formação acadêmica públicas em Serviço Social, cuja precarização e o desfinanciamento do ensino superior são constantes, incidindo de maneira intensa nas condições de trabalho docente e de estudo discente. Cabe ainda, recuperar, como já aludido, o espraiamento do pensamento pós-moderno, com sua expressão do identitarismo, que tem solapado os movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, fragmentando as lutas, prejudicando a associação coletiva, turvando e deturpando ainda mais as consciências. Soma-se a isso tudo a onda anti-intelectualista fomentada na realidade brasileira, que resulta no rebaixamento da exigência do ensino acadêmico e na sua massificação, como se se tratasse de equivalente à democratização do ensino superior, contando para isso também com as mensagens distorcidas, que são propagadas, amplamente e sem qualquer “filtro” e/ou responsabilidade com o gênero humano, pelas redes sociais.²²

Outro aspecto a se ressaltar é a incorporação desenfreada e desmedida da inteligência artificial (IA) entre os estudantes de Serviço Social na elaboração de trabalhos, relatórios e até de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), fato que não nos permite, no presente momento, dimensionar os impactos na qualidade da formação profissional a médio e longo prazos. Avança, ainda, uma nova estética: a dos assistentes sociais *influencers*, o que, embora aparentemente soe como uma forma descontraída de tratar conteúdos profissionais, em última escala expressa uma nova tendência de fragilização, superficialidade e ausência de rigor teórico-metodológico e ético para a profissão, rigor esse tão caro para a resistência à ofensiva do capital, em sua feição (ultra)neoliberal e neofascista.

Essas determinações supracitadas, de um cenário lúgubre, oferecem desafios de uma magnitude que exige habilidade de apreensão da realidade e perspicácia crítica, de modo a identificar não apenas os elementos aparentes da conjuntura, mas também suas determinações estruturais e mediações ideológicas. Nessa perspectiva, urge prosseguirmos nessa reflexão, assumindo como fulcro a capacitação de assistentes sociais que permita, em face das agruras da formação profissional no tempo presente e das investidas no mundo do trabalho, ofertar conteúdos teóricos críticos e de qualidade, sem, evidentemente, renunciar às lutas coletivas pelo fim do ensino profissional a distância, por condições favoráveis de ensino-aprendizagem e por

²² Por vezes, comprometendo a capacidade de identificação dos reais antagonistas de classe.

condições dignas de trabalho, tendo como horizonte a reafirmação do Projeto Ético-Político e a superação da sociabilidade cuja força motriz é o capital.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* – com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BOITO Jr., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica marxista*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2020, n° 50 (2020), p. 111-119. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663664>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- BUENO, Samira. *et al. Feminicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/77f6dce-06b7-49c1-b227-fd625d979c85#:~:text=Resumo,anos%20de%202015%20e%202023>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- CAPEs. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- CATTO, André. PL de Bolsonaro é o maior vencedor nas grandes cidades; PT de Lula cresce em relação a 2020. *g1*, 27 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2024/eleicao-em-numeros/noticia/2024/10/27/pl-de-bolsonaro-e-o-maior-vencedor-nas-grandes-cidades-pt-de-lula-cresce-em-relacao-a-2020.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Perfil dos assistentes sociais: levantamento nacional do perfil dos profissionais do Serviço Social no Brasil – recadastramento nacional CFESS-CRESS – 2016-2019*. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010*. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.
- FORTI, Valeria Lucília. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017.
- FORTI, Valeria, CUNHA, Angely; PEQUENO, Livia. Serviço Social, projeto profissional e neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. In: FORTI, Valeria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (org.). *Neoconservadorismo e Serviço Social: reflexões, polêmicas e questões atuais*. Fortaleza: Ed. da UECE, 2024.
- IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 7, 1998, p. 112-120. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ianni/1998/mes/40.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

- LUCENA, André. Os partidos que mais venceram prefeituras e os que mais perderam após apuração do 1º turno das eleições. *Carta Capital*, 7 out. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-partidos-que-mais-venceram-prefeituras-e-os-que-mais-perderam-apos-apuracao-do-1o-turno-das-eleicoes/>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MENEZES, Juliana; CONCEIÇÃO, João Rafael da; BRAVIN, Rita Marilza. Morte, encarceramento e desaparecimento “forçado”: considerações acerca das práticas punitivas no Brasil e do trabalho de assistentes sociais na execução penal. In: FORTI, Valeria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (Orgs.). *Neoconservadorismo e Serviço Social: reflexões, polêmicas e questões atuais* [livro eletrônico]. 1. ed. Fortaleza: Editora da UECE – EdUECE, 2025. v. 1, p. 136–157.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAURICIO, Juliana Menezes Mendes. Conformação da pós-modernidade: aprofundamento da decadência ideológica burguesa e irracionalismo. *Tópicos em Direitos Humanos e Políticas Públicas*. Volume 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Poisson, 2019. p. 115–131.
- OLIVEIRA, Carolina. Eleições 2024: centro e direita colocam a esquerda em sinal de alerta para 2026. *Brasil de Fato*, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/29/eleicoes-2024-centro-e-direita-colocam-a-esquerda-em-sinal-de-alerta-para-2026>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- OLIVEIRA, Edson Marques. Currículo do autor. Plataforma Lattes, CNPq, 2025. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. In: VALE, Andréa Araújo do; PEREIRA, Larissa Dahmer (org.). *O ensino à distância na formação em Serviço Social: análise de uma década*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2019. p. 109-137.
- PEREZ, Fabíola; NEVES, Rafael. RJ: 48% das crianças e adolescentes baleados são atingidos em ação policial. *Uol*, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/11/criancas-baleadas-rio-de-janeiro-levantamento-fogo-cruzado.htm>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- SERAFINI, Mariana. Dê um like no higienismo. *Carta Capital*, São Paulo: Editora Basset Ltda., ano XXX, n. 1364, p. 24-26, jun. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. Página inicial. *Facebook*, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/ssclinico>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Página inicial. *Facebook*, maio 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/servicosociallibertario/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 jul. 2025.
- SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Resultados de pesquisa por “23 teses” na página Serviço Social Libertário. *Facebook*, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/241321769545373/search/?q=23%20teses>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. *Projeto Ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*. 2018-1. 390 p. Tese de Doutorado (PPGSS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. *Carta de Toledo*. Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico. Outros horizontes, novas perspectivas. Toledo, Paraná, dez. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=194023262477900&set=pcb.194023692477857>. Acesso em: 20 jul. 2025.